

ANALOGIA ENTRE EPISTEMOLOGIA E PENSAMENTO ECONÔMICO

Raul Angel Carlos Oliveira¹

RESUMO

Este artigo apresenta uma analogia entre o pensamento econômico e o epistemológico. A passagem da sociedade industrial para a pós-industrial, ou sociedade do conhecimento, é fundamentada sob a ótica da analogia entre a evolução do pensamento epistemológico e o pensamento econômico, que permite discutir os novos paradigmas desta nova economia dentro da sociedade do conhecimento.

Palavras-chave: pensamento epistemológico - pensamento econômico - sociedade da informação.

ABSTRACT

In this article, the passage from industrial society to post-industrial or information society is considered from the point of view of an analogy between the evolution of epistemological thought and economic thought. This allows us to discuss the new paradigms of this new economy within the information society.

Key words: epistemological thought – economic thought – information society.

Um dos aspectos mais positivos da conjuntura econômico-social do País, neste momento, é a clara consciência que se está tomando da necessidade de estudar e se preparar, intelectualmente, para o futuro (ou será para o próximo presente?).

Esta aspiração demonstra que começamos a nos integrar, de fato, dentro de uma sociedade que, a partir da segunda metade do século XX, tem experimentado o mais rápido período de mudanças tecnológicas, econômicas e sociais da história.

Estas mudanças vêm surgindo de uma profunda transformação na economia global e têm transformado a estrutura básica da sociedade, incluindo todas suas formas de relacionamento.

Na base de todas as relações humanas está o *trabalho* (Andery et al. 1996), hoje em dia o trabalho intelectual. Então, pergunta-se, como um País poderia criar condições favoráveis para o desenvolvimento das capacidades intelectuais e do conhecimento?

Nesta época de globalização e internet, o desenvolvimento das capacidades mentais e da comunicação ganha um peso ainda maior, em especial nos países em desenvolvimento como o Brasil. Não basta mais uma política educacional *stricto sensu*, mas o governo e a sociedade têm de desenvolver condições sociais, econômicas e

culturais para estimular e orientar as iniciativas privadas neste setor. As políticas educacionais não dependem exclusivamente dos recursos financeiros, mas também de um fator espiritual ou mental. Ou seja, a sociedade inteira tem de reconhecer e apreciar o valor do conhecimento e da educação e criar condições para que este valor seja reconhecido.

Nesse sentido, existe uma analogia íntima entre Epistemologia e Pensamento Econômico, que surge à tona na *sociedade do conhecimento* (Thurow, 1993), mas esta analogia se mostra mais claramente numa análise histórica. Pretende-se concretizar esta tese tomando como ponto de partida o pensamento de dois pensadores importantíssimos no início da Revolução Industrial: Immanuel Kant (1724-1804) e Adam Smith (1723-1790).

Embora seja difícil expressar uma síntese do que foi o pensamento do século XVIII e início do século XIX, procura-se destacar algumas tendências desse pensamento.

O pensamento desse período foi marcado pela ascensão econômica e política da burguesia, cujos princípios podem resumir-se em três valores básicos: a liberdade, o individualismo e a igualdade.

O sistema filosófico de Immanuel Kant pertence à tradição racionalista da burguesia alemã, que enfatizava os princípios acima e também a possibilidade de existirem condições *a priori* do pensamento humano e da ação moral (valores da filosofia alemã). Embora assim, para Kant a razão tem prioridade no processo de conhecimento científico que é, em parte, *a priori*; entretanto, a razão está condicionada à experiência. Segundo ele, *a experiência fornece referentes particulares e não permite a formulação de proposições de caráter universal, como devem ser as proposições científicas.*

Em *Crítica da Razão Pura* (1781), Kant mostra que todo conhecimento não surge do objeto, mas sim da atividade objetiva do sujeito. Analogamente, Smith destaca, na sua obra *A Riqueza das Nações* (1776), que o trabalho, ou seja, a atividade humana em geral, é a fonte de toda riqueza. Através de uma análise das teorias econômicas dos séculos XIX e XX, chegamos à nova representação desta analogia chamada *a lei da transformação.*

Podemos resumir o fundamento desta analogia em dois aspectos básicos:

1) O conhecimento existe relacionado à atividade humana. Um conhecimento que não está relacionado à atividade fica abstrato. O sentido dos conceitos teóricos, só é possível compreendê-lo na sua aplicação. Por isso, poderia se caracterizar o conhecimento como atividade. Kant foi o primeiro que deu ênfase a este fato.

2) A atividade representa a interação entre sujeito e objeto, ou seja, não temos acesso absoluto e direto à realidade, mas todo acesso é mediado pela atividade do sujeito. Mesmo a percepção visual que representa a mais importante fonte de nossos conhecimentos se dirige não à realidade em si, mas sim à realidade construída e transformada por nós. Foi Kant, de novo, quem explicou este fato pela primeira vez.

Do lado da economia, repara-se que o primeiro economista *moderno* foi um contemporâneo de Kant, o escocês Adam Smith.

Uma sociedade do conhecimento se caracteriza pelo fato de o conhecimento ser um fator produtivo importante e, ao mesmo tempo, ser algo natural ou de acesso natural, não um instrumento que os indivíduos têm de adquirir (por meio da educação e do aprendizado).

Dois aspectos fazem com que a obra de Adam Smith possa ser considerada como uma porta de entrada para a razão moderna: primeiro que ele, em oposição aos fisiocratas e outros economistas de épocas anteriores, destaca o *trabalho*, ou seja a atividade humana em geral, como a fonte de toda riqueza; segundo, a atenção que ele dá ao problema da interação e coordenação das atividades dos indivíduos. O mercado, a saber, a unidade na qual a sociedade inteira participa, tornava-se uma metáfora desse problema. Apesar de todos os participantes da atividade do mercado seguirem os seus próprios interesses egoístas, a sociedade, como um todo, é beneficiada pelo aumento geral da riqueza.

Papel análogo da obra de Adam Smith, *A Riqueza das Nações*, na área da Epistemologia é preenchido pela *Crítica da Razão Pura* de Immanuel Kant que foi publicada em 1781, poucos anos depois do livro de Adam Smith (1776). Kant considerou sua obra uma “Revolução Copernicana”, porque mostra que todo o conhecimento não surge do objeto, mas sim da atividade objetiva do sujeito. Na introdução da *Crítica da Razão Pura* ele se refere a essa revolução da seguinte maneira:

...”Quando Galileu fez rolar no plano inclinado as esferas, com uma aceleração que ele próprio escolhera, quando Torricelli fez suportar pelo ar um peso, que antecipadamente sabia idêntico ao peso conhecido de uma coluna de água, ou quando, mais recentemente, Stahl transformou metais em cal e esta, por sua vez, em metal,

tirando-lhes e restituindo-lhes algo, (não sigo aqui, rigorosamente, o fio da história do método experimental, cujos primórdios não são, de resto, bem conhecidos.) foi uma iluminação para todos os físicos. Compreenderam que a razão só entende aquilo que produz segundo os seus próprios planos; que ela tem que tomar a dianteira com princípios, que determinam os seus juízos segundo leis constantes e deve forçar a natureza a responder às suas interrogações em vez de se deixar guiar por esta; de outro modo, não se ordenam segundo a lei necessária, que a razão procura e de que necessita. A razão, tendo por um lado os seus princípios, únicos a poderem dar aos fenômenos concordantes a autoridade de leis e, por outro, a experimentação, que imaginou segundo esses princípios, deve ir ao encontro da natureza, para ser por esta ensinada, é certo, mas não na qualidade de aluno que aceita tudo o que o mestre afirma, antes na de juiz investido nas suas funções, que obriga as testemunhas a responder aos quesitos que lhes apresenta. (Crítica da Razão Pura, Introdução p. 18).*

A respeito do problema da unidade, Kant baseava a objetividade do conhecimento em sua coerência, que, por sua vez, depende das sínteses do sujeito. A matemática e a ciência da natureza não seriam possíveis, acrescentava Kant: ... *se todo nosso conhecimento tivesse de ser ordenado a partir dos objetos [...] se a intuição tivesse de se reger pela natureza dos objetos, não vejo como seria possível saber qualquer coisa a priori...*(Ibidem, p. 20)

Pode se objetar que necessidade temos de um elemento a “priori” nos nossos conhecimentos? A resposta é dupla. A utilidade da ciência e da matemática surge do fato de que ambas são baseadas em leis objetivas, e por isso, permitem previsões.

O conhecimento científico não é uma mera descrição do dado e da experiência, mas é baseado sobre generalizações fecundas. David Hume (1711-1776) já tinha mostrado claramente que a indução e a generalização não são possíveis sem formas e princípios transcendentais.

A segunda resposta se atribui da necessidade de reconciliar a relatividade e a objetividade do conhecimento. “A priori” significa o universal, e o universal é que dá coerência aos nossos conhecimentos. Kant, conseqüentemente, atribui esse *a priori* às estruturas do sujeito transcendental. A sociologia da ciência de nosso século substitui esse sujeito transcendental pela sociedade, dizendo que nós vivemos dentro de uma sociedade construída por nós mesmos.

Vemos, dessa forma, uma analogia entre a epistemologia de Kant e o pensamento econômico, como foi desenvolvido pela primeira vez por Adam Smith. Essa analogia tem como ponto chave o conceito da atividade humana.

Vamos agora elaborar essas teses um pouco mais detalhadamente: Quesnay (1694-1774) havia iniciado uma escola de economia conhecida como fisiocracia e

elaborara um esquema de funcionamento da economia denominada *Tableau Economique*. O *Tableau* era, na verdade, uma visão de um médico: Em oposição às idéias da época, que ainda consideravam a riqueza como um sólido acúmulo de ouro e prata¹, Quesnay insistia que a riqueza se originava da produção agrícola e se espalhava através do país, fortalecendo o organismo social como a circulação do sangue.

O problema com a fisiocracia era sua insistência em que apenas o trabalhador agrícola produzia a verdadeira riqueza, enquanto os trabalhadores da indústria e do comércio apenas alteravam sua forma, mas de maneira estéril. Por isso o sistema de Quesnay tinha um uso limitado na política prática, não considerava o fato de que mesmo na sociedade agrícola os produtos têm de chegar ao consumidor antes de se transformarem em riqueza. Quanto mais complexa e especializada a produção, maior importância ganham os meios de circulação e de comunicação.

Em contraste com Quesnay, Adam Smith sublinha que o trabalho em geral, e não a natureza, como acreditava Quesnay, era a fonte de valia. Talvez fosse consequência de ele ter crescido em um País onde a divisão do trabalho era forte, no qual se desenvolvia um agitado comércio e não a atividade primordialmente agrícola da França. Ou talvez fosse o resultado de Adam Smith ter estudado a produtividade da cooperação e da especialização.

The Wealth of Nations estuda a produtividade da cooperação e da especialização, sendo classificado como manifestação não apenas de uma mente brilhante como também de toda uma época. De acordo com as palavras de Heilbroner (1996), esse livro não é um livro original, no sentido de ter idéias caprichosas. Sem dúvida, é uma obra prima que iluminou a paisagem inteira, enquanto outros só esclareceram esta ou aquela questão.

Vejamos agora as lições do texto. Dois grandes problemas absorvem a atenção de Adam Smith. Primeiro, ele está interessado em descobrir o mecanismo pelo qual a sociedade se mantém unida. No campo da epistemologia temos um problema analógico: o problema da generalidade e da objetividade do conhecimento que também só poderia ser abordado se entendemos a unidade e a coerência do conhecimento.

Adam Smith foi levado pelo interesse nesse problema à formulação das leis do mercado, o que ele pretendia determinar era *a mão invisível*, como a chamava, por meio da qual os interesses e paixões particulares dos homens são orientados na direção mais benéfica para o interesse da sociedade inteira. Mas as leis do mercado serão apenas uma

parte da pesquisa de Adam Smith. Há outra questão que o interessa: que tipo de sociedade? As leis do mercado são como as leis que explicam como uma coisa se movimenta, mas há também a questão do *que* se movimenta. Para Smith esse *quê* é a sociedade concebida como um organismo harmônico e bem estruturado onde todo mundo encontra seu próprio lugar. As leis do mercado em si são parte integrante de leis maiores que causam a prosperidade ou a queda da sociedade, em geral, e não só de alguns membros dela.

A sociedade é vista como um organismo que tem sua própria vida e sua própria história. Essa idéia da sociedade surge no pensamento de Aristóteles (Smith foi o último que pensou dessa maneira).

Mais ou menos 40 anos depois da publicação do grande livro de Adam Smith, aparece um outro livro econômico importante, em 1817, *Principles of Political Economy* de David Ricardo (1772-1823). É um livro árido, parco e condensado, que não tem nada que ver com a vida, com o detalhe animado de Adam Smith. Nada há nele a não ser abstrato princípio, exposto por um intelecto que está focalizado em algo muito mais permanente do que um fluxo cambiante da vida diária.

Como num mundo básico, este sistema de David Ricardo apresenta implicações humanas trágicas: aqui não há nada da agitação existente do mundo de Adam Smith. Em vez disso, assistimos a um show de fetiches em que o mundo real foi despojado de tudo, menos das motivações econômicas, e a imagem da sociedade é bem diferente agora. Os homens não mais são seres sociais em primeiro lugar, mas são agentes das leis econômicas. Primeiro há os *trabalhadores*, indiferenciadas unidades da energia econômica, cujo único aspecto humano é o *vicio*, denominado “as delícias da sociedade matrimonial”, cuja incurável tendência para essas delícias causa uma elevação de salários, que se une prontamente a um aumento da população.

Por causa disso estão se condenando a uma vida à margem da subsistência. A seguir, deparamos com os *capitalistas*: não são os negociantes coniventes de Adam Smith. São um grupo cinzento e uniforme, cujo único propósito no mundo é acumular. Ricardo vê os *proprietários das terras* como únicos beneficiários na organização da sociedade. O trabalhador trabalhava e recebia um salário; o capitalista regia o espetáculo e ganhava os lucros. O proprietário das terras se beneficiava dos poderes do solo, e seu ganho não era mantido somente pela competição, nem pelo poder aquisitivo da população. De fato, ele ganhava à custa de todos os demais.

Para Ricardo, o mundo econômico tinha constante tendência a se expandir, é aqui que o mundo de Ricardo se distancia bruscamente das esperançosas perspectivas de Adam Smith. Com a expansão populacional, diz Ricardo, torna-se necessário empurrar a margem de cultivo mais para fora. Mais bocas exigem mais degraus e mais degraus exigem mais campos e, naturalmente, os novos campos cultivados poderão não ser tão produtivos como os que já estão em uso, porque somente um agricultor louco não utilizaria primeiro o melhor solo que possui. Por isso, o custo do grão produzido vai permanentemente subir.

Este fato vai causar uma permanente elevação do custo de vida para o trabalhador e para o cidadão em geral.

Agora, o capitalista também está dentro de uma encruzilhada: os salários que tem de pagar são mais altos, uma vez que o pão ficou mais caro.

Os proprietários de terras, em contraste, estão numa situação muito melhor, dado que as rendas das boas terras sobem, à medida que as terras menos férteis vão sendo utilizadas.

No mundo de Ricardo, apenas o proprietário da terra tem condições de ganhar. O trabalhador está condenado aos limites da subsistência, para sempre. O capitalista que trabalha, acumula e investe, descobre que fez todo esse esforço por nada: seu gasto com salários é mais alto, e seu lucro é menor. Contra essa *lei dos cereais*², tem-se uma solução: o crescimento do mercado. O mundo econômico sempre tem de se expandir. Por isso, Ricardo propõe as vantagens do livre comércio que traria grãos mais baratos para a Grã-Bretanha.

A única fonte dinâmica é a diferença na fertilidade do solo. A idéia de que o trabalho, em geral, seria um sistema com certa produtividade, e de que as diferenças de produtividade sejam uma fonte do movimento só surge na obra de Karl Marx (1818-1883).

Trinta anos depois da publicação do *Principles of Political Economy* de Ricardo, foi publicado um pequeno livro, *The Communist Manifesto* que acabava, em poucas páginas e com amargas palavras, com toda esperança de progresso. O *Manifesto* se iniciava com palavras sinistras: *Um espectro ronda a Europa: o espectro do comunismo. Todas as potências da velha Europa se uniram em uma santa campanha difamatória contra ele: O papa e o czar, Metternich e Guizot, radicais franceses e policiais alemães.* Os autores desse pequeno livro foram Karl Marx e Friedrich Engels.

O pai de Marx esperava que o filho estudasse direito, mas o jovem Marx se descobriu empenhado no grande debate filosófico da época. O filósofo Hegel (1770-1831) havia proposto um esquema revolucionário. Mudança, segundo Hegel, era a regra da vida. Cada idéia, cada força, ocasionava infalivelmente uma oposição, e ambas mergulhavam em uma unidade que, por sua vez, produzia a própria contradição. A História, dizia Hegel, era nada mais do que a expressão desse fluxo de idéias, de forças conflitantes e resolutivas.

Nesse ponto da História, a Filosofia se transforma numa fonte da teoria econômica.

A pergunta principal, para Marx, era de que jeito se podia falar de trabalho como um denominador comum de valor, quando os trabalhos concretos dos homens e das mulheres eram tão diferentes? Como seria possível usar trabalho como um denominador comum para determinar o valor de troca? A resposta, diz Marx, é que a sociedade capitalista cria um tipo especial de trabalho, trabalho abstrato, trabalho que se descola de seus atributos concretos próprios de um mundo pré-capitalista. A força de trabalho se torna uma *mercadoria*.

As mercadorias são objetos que não têm mais características concretas, só têm valor econômico. Quando alguém constata que um terno vale tanto quanto dois pares de sapatos, nesta igualdade não importa mais as qualidades específicas do terno e dos sapatos. Eles são iguais como mercadorias, não como objetos concretos a serem usados.

Na epistemologia, como Kant e Hegel mostraram, não importa a perspectiva particular e a representação relativa sobre o objeto, mas as transformações de uma representação para outra, e as leis de conexão entre eles.

Na termodinâmica, por exemplo, ciência especificamente fundamental para a Revolução Industrial, o que importa é a energia em si e as transformações dessa energia (de energia de vapor para energia cinética, por exemplo), e não as formas concretas de energia.

Na economia acontece a mesma coisa. A economia se desenvolve e se expande por meio da transformação permanente do valor das mercadorias e, mais ainda, por meio da revolução permanente do modo de produção e do seus meios e instrumentos.

Não importam as mercadorias em si, mas sim a troca delas. Não importam as maneiras específicas de produzir, mas sim a invenção de outras possibilidades de produção cada vez mais eficientes. Otte (1993) escreve:

O mundo industrial, de fato, assenta-se no saber e na subversão revolucionária permanente de todas as relações. “A indústria moderna”, escreve Marx, “nunca considera nem trata como definitiva a forma existente de um processo de produção. Sua base técnica é revolucionária enquanto todos os modos anteriores de produção era essencialmente conservadores”. Em conformidade com isso, também o conhecimento já não encontra suas leis em algum sistema ideal e imutável de objetos ou instrumentos (meios), mas nas determinações do desenvolvimento do sujeito como um ser simultaneamente individual e social. O mundo industrial oferece a oportunidade de trocar de profissão e de trocar a própria identidade. Marx acrescenta à passagem citada, em nota de rodapé, o relato de um trabalhador francês que regressara da América, e escrevera: “Nunca acreditaria que seria capaz de exercer todos os ofícios que desempenhei na Califórnia. Era minha convicção firme que nada sabia fazer além de tipografia. Colocado nesse mundo de aventureiros que trocam de profissão mais facilmente que de camisa, tive de proceder como os demais. A mineração não era bastante remuneradora, por isso abandonei-a e fui para a cidade, onde sucessivamente trabalhei como tipógrafo, telador, fundidor, etc. Depois de experimentar a possibilidade de desempenhar toda espécie de trabalho, sinto-me menos molusco e mais homem”.(p.94-95)

Desse modo, Marx inventou uma espécie de análise social que coloca a economia sob uma luz inteiramente nova. Para desfrutar essa mercadoria, exige-se uma incessante procura de novas técnicas, os negócios precisam inventar, inovar, experimentar, se quiserem sobreviver. Porque essa mercadoria se torna menos cara, relativamente, quando produz mais. A produtividade do trabalho seria maior se as ferramentas e as tecnologias fossem mais avançadas: é como se o combustível se tornasse mais barato, se o motor andasse, mais e melhor, com menos quantidade de combustível.

Os negócios que se dão por realizados com suas conquistas passadas não servem para este mundo empreendedor. A única coisa que o capitalismo de hoje, na era do conhecimento, adiciona nesta teoria é que, em vez do destaque do trabalho em geral, aponta certo tipo de trabalho: trabalho cognitivo. Marx já antecipava esse desenvolvimento como mostra Otte (1993):

O sistema técnico-científico das nossas sociedades, organizadas com base na divisão de trabalho, que pressupõe uma concepção de praxes sem sujeito e que considera tudo sob o ponto de vista da execução de funções sempre específicas, depara-se, portanto, de alguma forma, com a questão do sujeito. Nenhuma descrição de todos os papéis sociais, desempenhados por um indivíduo, dá a realidade desse indivíduo. Esta questão é conhecida sob a designação de “educação”. Educação significa a relação do indivíduo com a sociedade, vista na perspectiva do papel do conhecimento e da função da ciência. (Idem, p. 25)

Lyotard afirma que o saber na sociedade pós-moderna está condicionado à tradutibilidade em linguagem de máquina e que, com base nisso, “o antigo princípio, segundo o qual a aquisição do saber é indissociável da formação (Bildung) do espírito e mesmo da pessoa, cai e cairá cada vez mais em desuso” e também que todo saber que não se subordinar a essa nova forma verdadeira será excluído. Pode-se de fato verificar, a respeito do meio da linguagem natural, que a internacionalização da comunicação nas ciências condiciona o discurso científico à tradutibilidade de uma língua para uma outra e que com isso se altera o estilo, deixando de lado muitas das nuances e metáforas “obscuras”, com suas múltiplas interpretações, que se costumam utilizar na língua materna. É verdade que isto facilita o fluxo de informações e facilita o saber por se fundamentar no evidente, mas pode realmente dificultar muito a transmissão de sentido e a compreensão de teorias. (IBIDEM, p.38).

O capitalismo é um processo de criação destrutiva. O novo destrói o velho. Ambas, criação e destruição, são essenciais para o avanço da economia. Os empresários são o centro do processo de criação destrutiva: eles trazem as novas tecnologias e os novos conceitos para dentro da atividade comercial. Eles são os agentes de transformação do capitalismo.

Os velhos padrões investidos de poderosos interesses devem ser rompidos para dar lugar ao novo, mas estes não estão dispostos a passar para a história tranquilamente. Os empresários criaram as companhias nacionais que destruíram as companhias locais, no fim do século XIX, e estão criando as companhias globais que estão destruindo as companhias nacionais, neste final do século XX e início do século XXI.

A tecnologia e o conhecimento estão abalando os alicerces do capitalismo do século XXI. A tecnologia está fazendo das qualificações e do conhecimento as únicas fontes de vantagem estratégica sustentável.

A teoria clássica das vantagens comparativas fundamentava seu raciocínio na teoria do *valor trabalho*, segundo a qual o valor ou preço de uma commodity depende exclusivamente da quantidade de mão-de-obra necessária para a produção da commodity. Isso implica que a mão-de-obra é o único fator de produção e, portanto, fonte de riqueza de uma sociedade.

Da mesma forma, Marx afirmava que somente o *capital variável*, isto é, a mão-de-obra produtiva, criava excedente econômico (mais valia), dentro do processo de produção, e que o processo constante de acumulação de capital leva o sistema capitalista à concentração de capital e, conseqüentemente, à *centralização*. Dessa forma, o capitalismo, cedo ou tarde, acabaria por destruir a si mesmo e deveria produzir seu sucessor sem o saber.

Podemos concluir nosso raciocínio com as palavras de Thurow (1997): o perigo não é de o capitalismo implodir, como o comunismo. O problema é como resolver os problemas intrínsecos do capitalismo, problemas estes como a instabilidade, a desigualdade crescente. Em acréscimo, o que é mais preocupante, conforme Marx, é um sistema de produção baseado na exploração do homem pelo homem, que tende a se destruir mediante seu próprio crescimento, causando seu próprio estrangulamento ao substituir mão-de-obra produtiva (trabalhadores) por máquinas. Paradoxalmente, ao mesmo tempo cria outro conjunto de problemas que se originam da crescente dependência do capital humano e das indústrias de poder cerebral feito pelo homem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERY, Maria Amália... et al. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 6. Ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: São Paulo: EDUC, 1996.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. Rio de Janeiro. NBR - 6022: **Apresentação de Artigos em Periódicos**. Rio de Janeiro, 1994. 2p.
- BECKER, Gary S. **Human Capital**. New York: National Bureau of Economic Research. 1964
- CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia Científica**. 4ª. ed. São Paulo: Macron Books, 1996. 209pp.
- CHENERY, Hollis., and SYRQUIN, Moises. **Patterns of Development, 1950-1970**. New York: Oxford University Press. 1975.
- COUTINHO, Carlos Nelson ...[et al.]. **O Manifesto Comunista 150 anos depois: Karl Marx, Friedrich Engels**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- CRAWFORD, Richard. **Na era do capital humano: o talento, a inteligência e o conhecimento como forças econômicas, seu impacto nas empresas e nas decisões de investimento**. São Paulo: Atlas, 1994.
- DELFIN NETO, Antonio. **Planejamento para o desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1966.
- FREDERICO, Celso. **O jovem Marx (1843-44: as origens da ontologia do ser social)**. São Paulo: Cortez. 1995.
- FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 4ª. ed. São Paulo, Editora Nacional. 1971.

- HEILBRONER, Robert. **A História do Pensamento Econômico**. 6. Ed. São Paulo: Nova Cultural. 1996.
- HUGON, Paul. **História das Doutrinas Econômicas**. 14ª ed. São Paulo: Atlas, 1980.
- HUME, David. **Investigação Acerca do Entendimento Humano**. São Paulo, Nova Cultural. 2000.
- KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 4ª. Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1997
- KATZ, E. and A. ZIDERMAN. 1980. "On Education, Screening and Human Capital." **Economics Letters** 6:81-8.
- KEYNES, John Maynard. **Na teoria geral do emprego, do juro e da moeda; Inflação e deflação**. 2ª. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- KNIGHT, John B.; SABOT, Richard H et al. **Education, productivity, and inequality: the East African natural experiment**. USA: Oxford University Press, 1990.
- LANGONI, C.G. **Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 3ª. ed. São Paulo: Nova Cultural. 1988 2v.
- MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política do Capital: O Rendimento e suas Fontes**. Trad. Edgar Malagoti. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural. 1999.
- MOUTINHO, Lúcia Maria Goés. **Economia da Empresa Pública: poder, salário e negociação**. João Pessoa: UFPB. 1997.
- OTTE, Michael. **O formal, o social e o subjetivo: uma introdução à filosofia e à didática da matemática**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- PLANK, David N. **The Means of our Salvation: Public Education in Brazil, 1930-1995**. USA: Westview Press, 1996.
- PREBISCH, Raúl. **Transformação e Desenvolvimento: a grande tarefa da América latina**. Trad. De Eliane Zagury. Rio de Janeiro: FGV. 1973.
- ROSTOW, W. Walt. **Etapas do Desenvolvimento Econômico: Um manifesto não-comunista**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- SANDRONI, Paulo. **Novo Dicionário de Economia**. 7ª. ed. São Paulo: Editora Best Seller. 1994.

SCHULTZ, T.W. **Reflections on investments in human capital**. Chicago, USA: American Economic Review, v. LI. March, 1961.

SCHULTZ, Theodore. **Investment in Human Capital: The Role of Education and of Research**. American Economic Review, 1971 (March). Chicago. USA

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: Uma Investigação sobre Lucros, Capital, Crédito, Juro e o Ciclo Econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983, 2 v.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SUMMERS, L.H. 1992. "Investing in All the People." Policy Research Working Paper WPS 905. Development Economics, Office of the Vice President, The World Bank, Washington, D.C.

THUROW, Lester C. **Cabeça a Cabeça: a batalha econômica entre Japão, Europa e Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

THUROW, Lester C. **O futuro do capitalismo: como as forças econômicas de hoje moldam o mundo de amanhã**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

THUROW, Lester C. **Building Wealth: The New Rules For Individuals, Companies And Nations**. In A Knowledge-Based Economy. USA. Harper Business. 1999

TRALDI, Maria C; DIAS, Reinaldo. **Monografia passo a passo**. Campinas, SP: Editora Alínea, 1998.

WALRAS, Leon. **Elements d'économie politique pure**. 4ª. ed. Paris, ed. 1900